



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Mfaa-7

Processo nº : 13893.000613/2004-13
Recurso nº : 146116
Matéria : IRPJ – Exs.: 1999 a 2003
Recorrente : APM - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA APARECIDA BIASOLI
Recorrida : 1ª. TURMA/DRJ – CAMPINAS/SP
Sessão de : 07 DE DEZEMBRO DE 2005
Acórdão nº : 107-08.384

MULTA. ENTREGA EM ATRASO DA DCTF. CABIMENTO. A imposição de penalidade por conta do atraso na entrega das declarações de rendimentos não é elidida pela aplicação da regra do art. 138 do Código Tributário Nacional, posto que se trata de infração (a obrigação tributária acessória) meramente formal, sendo certo que as responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo não são alcançadas pelo art. 138 do CTN.

Recurso Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por, APM – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA APARECIDA BIASOLI

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARCOS VINICIUS NEDER DE LIMA
PRESIDENTE

HUGO CORREIA SOTERO
RELATOR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13893.000613/2004-13
Acórdão nº : 107-08.384

FORMALIZADO EM: 06 FEV 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros: LUIZ MARTINS VALERO, NATANAEL MARTINS, ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA, OCTAVIO CAMPOS FISCHER, NILTON PÊSS e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized letter 'P' or a similar mark.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13893.000613/2004-13

Acórdão nº : 107-08.384

Recurso nº : 146116

Recorrente : APM - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA
APARECIDA BIASOLI

RELATÓRIO

Trata-se de imposição de penalidade pecuniária à Recorrente por atraso na entrega das declarações de ajuste do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) nos anos-calendário de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

O lançamento foi impugnado pela Recorrente sob o argumento de que estaria a penalidade elidida pela regra do art. 138 do Código Tributário Nacional, dês que, nada obstante em atraso, foram as declarações de rendas entregues independentemente de qualquer procedimento fiscal.

O lançamento foi julgado procedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Campinas (SP) – fls. 142-144 – sendo interposto recurso voluntário – fls. 148-149 – no qual argumenta, em síntese, a impossibilidade de arcar com os ônus do pagamento da penalidade, porquanto entidade sem fins lucrativos.

É o Relatório.

b



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13893.000613/2004-13

Acórdão nº : 107-08.384

V O T O

Conselheiro -HUGO CORREIA SOTERO, Relator.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos para sua admissibilidade, portanto, dele conheço.

A controvérsia é de singelo deslinde.

Com efeito, a imposição de penalidade por conta do atraso na entrega das declarações de rendimentos não é elidida pela aplicação da regra do art. 138 do Código Tributário Nacional, posto que se trata de infração (a obrigação tributária acessória) meramente **formal**, sendo certo que as responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo não são alcançadas pelo art. 138 do CTN.

Erigida a obrigação com o escopo de permitir ao Fisco a escorreta fiscalização da incidência do Imposto sobre a Renda, a penalidade pelo atraso deve ser aplicada ainda que inexista exação a recolher, porquanto, como cediço, têm as multas o intento de coibir o descumprimento das obrigações tributárias, cerceando as atividades dos contribuintes desconformes com os interesses da arrecadação tributária.

Nessa linha, conheço do recurso para negar-lhe provimento.

Sala das Sessões – DF, em 07 de dezembro de 2005.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "HUGO CORREIA SOTERO".
HUGO CORREIA SOTERO